

A Crítica Feminista à Ciência e Contribuição à Pesquisa nas Ciências Humanas

*Maria Helena Santana Cruz**

Resumo

O propósito que norteia este artigo centra-se em torno das contribuições trazidas pela epistemologia feministas à ciência e à pesquisa nas ciências humanas e sociais, particularmente na área da educação. A reflexão parte da formulação de uma crítica em relação a alguns pressupostos, os quais nortearam a produção do conhecimento científico, tais como a condição de neutralidade, universalismo e objetividade da ciência, além de seu caráter androcêntrico. Enfatiza a relevância dos estudos de gênero na medida em que as críticas produzidas fazem surgir novos modelos e conceitos para conceber, realizar pesquisas e analisar diferentes aspectos da sociedade, sempre com um viés progressista, a fim de contribuir com transformações sociais.

Palavras-chave: Feminismo. Ciência. Gênero. Desigualdade.

* Pós-Doutora em Sociologia da Educação pela Universidade Federal de Sergipe. Doutora e Mestra em Educação pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), Coordenadora do Grupo de Pesquisa: "Educação, Formação, Processo de Trabalho e Relações de Gênero", Professora dos Programas de Pós-Graduação em Educação e Serviço Social da UFS. Pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas Interdisciplinares sobre a Mulher e Relações Sociais de Gênero (NEPIMG/UFS); email: heleenacruz@uol.com.br

The feminist criticism to science and its contribution to research in the humanities

La crítica feminista a la ciencia y contribución a la investigación en las ciencias humanas

Abstract

The guiding principle of this article focuses on the contributions brought by the feminist epistemology to science and research in the humanities and social sciences, particularly in education. The reflection arises from the formulation of criticism regarding some assumptions, which guided the production of scientific knowledge, such as the condition of neutrality, universalism and objectivity of science, besides its androcentric character. This article emphasizes the relevance of gender studies as the produced criticism do make new models and concepts arise to conceive, conduct research and analyze different aspects of the society, always with a progressive bias in order to contribute to social changes.

Key words: Feminism. Science. Gender. Inequality.

Resumen

El propósito que guía este artículo se centra en torno de los aportes de la epistemología feminista a la ciencia y la investigación en las ciencias humanas y sociales, particularmente en el área de la educación. La reflexión parte de la formulación de una crítica en relación a algunos presupuestos, los cuales guiaron la producción del conocimiento científico, tales como la condición de neutralidad, universalismo y objetividad de la ciencia, además de su carácter androcéntrico. Enfatiza la relevancia de los estudios de género en la medida en que las críticas producidas hacen surgir nuevos modelos y conceptos para concebir, realizar investigaciones y analizar distintos aspectos de la sociedad, siempre con una tendencia progresista a fin de contribuir con transformaciones sociales.

Palabras clave: Feminismo. Ciencia. Género. Desigualdad.

Introdução

O propósito que norteia este artigo centra-se em torno das contribuições trazidas pela epistemologia feminista à ciência, à produção do conhecimento científico, à pesquisa nas ciências humanas e sociais, particularmente na área da educação. A epistemologia, também denominada filosofia da ciência, é a disciplina que se ocupa de analisar e resolver os problemas filosóficos que surgem com a análise e avaliação da estrutura da ciência: os métodos, valores, fins, práticas e teorias da ciência. Diz-se que é uma metalinguagem, ou seja, um saber acerca do saber, um conhecimento que se pode aplicar a todas as ciências. Em resumo, a epistemologia estuda a investigação científica e seu produto: o conhecimento científico. Aqui, questiona-se a debilidade da epistemologia, em cujo contexto, foram organizadas e edificadas instituições que excluíram os sentidos e significados de gênero.

Há alguns anos, as Ciências Sociais tem-se constituído em campos das mais veementes discussões sobre a crise dos paradigmas. Numerosos cientistas sociais passaram a duvidar da capacidade explicativa dos modelos utilizados, das explanações generalizantes, até então tidos como válidos. O domínio absoluto da razão cartesiana, nesta área do conhecimento, passou a ser fortemente questionado. Da mesma forma, inicia-se movimento semelhante ao campo das Ciências Naturais ou Exatas, especialmente na Física (CAPRA, 1985). Rigorosamente, portanto, já não se trata somente de questionar os modelos de explicação das Ciências Sociais, mas de colocar em discussão os fundamentos cartesianos de toda a Ciência. Emile Durkeim (1973), um dos pioneiros da investigação científica nas Ciências Sociais, estabeleceu, em *As regras do método sociológico*, que a primeira e mais fundamental regra para o sociólogo é tratar os fatos sociais como coisas. Trata-se de clara tentativa de adotar, nas ciências sociais, procedimentos semelhantes aos das ciências naturais, plenamente consoantes com a doutrina positivista. Mas, nas ciências humanas e sociais, os fatos humanos dificilmente podem ser considerados como coisas, uma vez que os objetos de estudo pensam, agem e reagem, são atores, podendo orientar a situação de diversas maneiras. É igualmente o caso do pesquisador: ele também é um ator agindo e exercendo sua influência.

As críticas produzidas fazem surgir novos modelos de conceber e realizar pesquisas nas Ciências Humanas que sempre apontaram para a falibilidade do discurso científico: suas verdades são verdades historicamente situadas e, portanto, não possuem validade universal. Surgiu, nas últimas quatro décadas, um conjunto de estudos feministas que produziu uma considerável reavaliação das explicações correntes da vida social, apoiadas na experiência de mulheres e na crítica às teorias sociais, geralmente omissas quanto à importância das relações de gênero na explicação da organização social. A fim de obter o reconhecimento no campo científico, as feministas sempre apontaram para a falibilidade do discurso científico: suas verdades são verdades historicamente situadas e, portanto, não possuem validade universal. Segundo Eleonora Oliveira (2008), três estratégias podem ser utilizadas para desconstruir epistemologias já instituídas: 1) superar, por meio da linguagem, a marca do patriarcado, na divisão sexual do mundo, rompendo com categorias tradicionais e nomeando problemas específicos; 2) desmistificar a noção segundo a qual o trabalho feminino representaria um prejuízo ao mundo do capital; e 3) contemplar o sofrimento que acompanha as doenças do mundo do trabalho, sofrimento este, em geral, não considerado pelos especialistas da área da saúde e pelos levantamentos estatísticos.

Em “A estrutura das revoluções científicas”, Kuhn (2000) apresenta sua concepção sobre o desenvolvimento da ciência e expõe os principais conceitos de sua teoria: ciência normal, paradigma e revolução científica e caracteriza os **paradigmas** como o conjunto, a constelação de ideias, crenças, valores e técnicas partilhadas pelos membros de uma comunidade determinada que facilitam a comunicação. São as realizações científicas universalmente conhecidas, que, durante algum tempo, fornecem problemas e soluções modelares para uma comunidade praticante de uma ciência. Em nosso caso, a dita comunidade é a dos educadores.

Este conjunto de ideias também pode ser percebido como uma “matriz disciplinar” que determina o funcionamento cognoscitivo, nesta comunidade de educadores. Esta matriz tem três componentes básicos: 1) as generalizações simbólicas, que são supostos compartilhados

pelos membros da comunidade; 2) os modelos, que são analogias fundamentais, constituem uma ontologia em educação. Em nosso caso, são tipos de modelos de aprendizagens, as pedagogias, as estruturas; 3) os “exemplos”. São as soluções concretas do trabalho da comunidade educacional, por exemplo: a maneira aceita de relações sociais com o respeito às diferenças; a disciplina na aula. Qualquer alteração que se produza em alguns dos alunos são elementos da matriz e pode gerar resultado, mudanças de comportamento entre os membros da comunidade, tanto no desenvolvimento da teoria quanto na investigação como no docente. Neste âmbito, o desafio que se impõe para as ciências humanas é o de buscar a contribuição dos paradigmas emergentes que tentam interpretar o que está acontecendo no mundo da ciência – cheio dos avanços científicos e tecnológicos – para que a educação possa responder à demanda de formação, para desenvolver o exercício dos ofícios, no mundo contemporâneo.

Deslocamentos Teóricos nas Ciências Sociais e Pesquisa Feminista

Se considerarmos que a epistemologia define um campo e uma forma de produção do conhecimento, o campo conceitual, a partir do qual opera para produzir o conhecimento científico, a maneira pela qual estabelecemos a relação sujeito-objeto do conhecimento e a própria representação de conhecimento como verdade, deveríamos prestar atenção ao movimento de constituição de uma (ou seriam várias?) epistemologia feminista, ou de um projeto feminista de ciência, evidenciando a crítica feminista às *relações de poder* constitutivas da produção dos saberes.

A pesquisa feminista surgiu como uma crítica fundamental à ciência social e à pesquisa em geral, que se concentravam na dominância masculina, e ignoravam a situação de vida das mulheres. A crítica enfatiza uma peculiaridade importante: a ciência cartesiana não é neutra do ponto de vista de gênero. Afirma-se a oposição radical ao positivismo, ao ideal de conhecimento objetivo trazido das Ciências Naturais para as Ciências Humanas. O feminismo não apenas tem produzido uma crítica contundente ao modo dominante de produção

do conhecimento científico, ao caráter androcêntrico da ciência, como também propõe um modo alternativo de operação e articulação nesta esfera. No androcentrismo¹, o “homem” é uma naturalização do patriarcalismo, é como se fosse o ser humano em sua totalidade, tão superior que é confundido – ou convertido – com a soma de todos os gêneros. Harding (1981) concebe o paradigma do conhecimento científico como uma “supermasculinização do conhecimento racional. Este conhecimento que recebe o nome de científico, ocidental e moderno, é percebido por Hilman (1984) como mutilado, na medida em que, para se constituir em instrumento da mente masculina, amputou uma parte de sua própria substância, isto é, o feminino, concebendo o *eu* e o *seu mesmo* (self) como masculinos. O feminismo, enquanto perspectiva político-científica (Saffiotti, 1988), explicita o caráter social dos sujeitos das relações de gênero, de classe e étnicas, ao contrário do positivismo, que descontextualiza tais agentes. Eis porque não será difícil identificar o feminismo aqui postulado.

Os pressupostos adotados sempre incluem a crença de que, em princípio, podemos construir ou atingir uma concepção a partir da qual a natureza e a vida social podem ser vistas como realmente são. De acordo com Pierre Bourdieu (1983), os atores sociais estão inseridos espacialmente em determinados campos sociais. O campo científico é um espaço onde existe uma disputa constante pela busca do monopólio da autoridade científica, que é o poder de nomear a realidade, e, através de taxonomias, hierarquizá-la. Pode ser definido como o espaço em que se busca o monopólio da competência científica, do poder social, é entendido como o jogo de uma luta concorrencial pela busca do monopólio da autoridade científica. Esta é compreendida como resultado da soma da capacidade técnica e do poder social entendida como a capacidade de falar e agir legitimamente, de maneira autorizada e com autoridade socialmente outorgada a um agente determinado (BOURDIEU, 1983).

A posse de grandezas de certos capitais (cultural, social, econômicos, político, artístico, esportivo etc.) e o *habitus* de cada ator seria o que condicionaria seu posicionamento, sua marca específica nessa espacialidade e, em última instância, na luta social. Ele afirma que, para o

ator/atriz social tentar ocupar espaço, é necessário que ele(a) conheça as regras do jogo dentro do campo social e que este esteja disposto a lutar (jogar). Portanto, para manter seus privilégios, os homens precisavam criar novas justificativas, pois o discurso da inferioridade intelectual feminina perdera sua força.

De outro lado, Michel Foucault (1999) já questionara radicalmente as representações que orientavam a produção do conhecimento científico, tida como o ato de revelação da essência inerente à coisa, a partir do desvendamento do que se considerava a aparência enganosa e ideológica do fenômeno. Criticava a concepção dominante na cultura ocidental de que o conhecimento, a produção da verdade, se daria pela coincidência entre o conceito e a coisa, no movimento. Boaventura Santos (reconhece a contribuição da crítica feminista para o movimento de desdogmatização da ciência, ao analisar a transição da ciência moderna para uma **ciência pós-moderna**, decorrente da crise epistemológica do paradigma científico positivista, fundado no estatuto privilegiado da racionalidade científica, que não passa de um juízo de valor. Para Santos, as subjetividades emergentes (individuais e coletivas) são as principais protagonistas da transição paradigmática epistemológica e prática na qual nos encontramos, pois buscam e concebem alternativas emancipatórias frente às forças paralisantes do poder hegemônico ocidental (SANTOS, 2009).

Recusar, anular ou mesmo dizer que são impraticáveis tais subjetividades são estratégias da racionalidade ocidental androcêntrica indolente, que busca não ir além de suas próprias matrizes organizadoras (SANTOS, 2006). Movimentar-se contra essa estrutura opressora é uma experiência social emergente, um posicionamento ético, uma política de subjetivação que descentraliza o poder e multiplica as resistências. O paradigma emergente (pós-moderno), traduzido como *um conhecimento prudente para uma vida decente*, parte do questionamento das relações entre a *ciência e a ética* (importância da virtude), o *senso comum* (a ser revalorizado) e a *prática* (a contribuição da ciência para a felicidade humana); e propõe a igualdade de acesso à competência cognitiva e linguística, ou seja, a *sensocomunização* da ciência.

Vale a pena refletir sobre as quatro teses da ciência pós-moderna, propostas por Boaventura Santos (1989): todo conhecimento científico-natural é científico-social; todo conhecimento é local e total; todo conhecimento é autoconhecimento; todo o conhecimento científico visa a constituir-se em senso comum – porém, nos limites deste texto, é suficiente destacar a desconstrução dos dualismos, a introdução da consciência no objeto do conhecimento (o objeto é a continuação do sujeito) e o caráter autobiográfico do conhecimento, convergentes com a epistemologia feminista. Compreende-se que o legado da ciência moderna é um conhecimento funcional do mundo que alargou as perspectivas de sobrevivência, porém hoje o desafio é saber viver, para o que se faz necessária outra forma de conhecimento que nos una pessoalmente ao que estudamos (SANTOS, 1989, 1999).

O pensamento feminista apresenta uma crítica ao *conceito de identidade*, denuncia uma racionalidade que opera num campo ensimesmado, isto é, a partir da lógica da identidade e que não dá conta de pensar a diferença, assim como ao conceito da *própria racionalidade*, no mundo contemporâneo, que se volta para o passado a fim de se devidamente relativizada no presente. A história das ideias que fundaram a reivindicação feminina da cidadania, a partir do século XVIII, foi também a história da construção de uma individualidade até então vedada às mulheres e de uma identidade coletiva de gênero, diferente daquela codificada pela cultura masculina. É neste ponto que o feminismo se encontra especialmente com o pensamento pós-moderno, com a crítica do sujeito, com as formulações de Derrida e Foucault, entre outras.

Podemos destacar dois pontos da crítica epistemológica feminista: o *primeiro* aponta para a participação do feminismo na ampla crítica cultural, teórica, epistemológica em curso, ao lado da Psicanálise, da Hermenêutica, da Teoria Crítica Marxista, do Desconstrutivismo e do Pós-modernismo. Pensa-se a partir de um conceito universal de homem, que remete ao branco-heterossexual-civilizado-do-Primeiro-Mundo, deixando-se de lado todos aqueles que escapam deste modelo de referência. As práticas masculinas são mais valorizadas e hierarquizadas em relação às femininas, o mundo privado vem sen-

do considerado de menor importância frente à esfera pública, no imaginário ocidental. Esta crítica revela o caráter particular de categorias dominantes, que se apresentam como universais; propõe a crítica da racionalidade burguesa, ocidental, marxista incluso, que não se pensa em sua dimensão sexualizada, enquanto criação masculina, logo excludente. *O segundo ponto*, embutido no primeiro, traz as propostas desta nova forma de conceber a produção do conhecimento, do projeto feminista de ciência alternativa, que se quer potencialmente emancipador.

Especificamente, a epistemologia feminista trouxe a subjetividade como forma de conhecimento, propõe uma redefinição dos processos da subjetivação, uma nova relação entre teoria e prática, uma redefinição na análise da *posição dos sujeitos* (contra uma epistemologia *deslocalizada, a visão de lugar nenhum*) e da *política gendrada do conhecimento*, em que as mulheres (e outros grupos oprimidos e marginalizados) têm pouco espaço como sujeito e objeto de conhecimento, e pouco poder e autoridade epistêmica na produção do conhecimento público. Reconhece o lugar da emoção, subjetividade e corpo no conhecimento, concebido como práxis, conscientização e *empoderamento* individual e coletivo (DENZIN, 2006).

Neste sentido, a problematização das subjetividades emergentes traz à tona essa arena de forças e seus vetores múltiplos. Pensar a política de outro jeito, com espaço para um novo direito intersubjetivo na contemporaneidade, é um desafio encarado por muitas estudiosas do feminismo que recusam a reiteração da lógica de uma razão una (androcêntrica, heteronormativa e com outros atributos que compõem a regulação e o retorno do fascismo) e buscam compor uma ética com seus próprios instrumentos epistêmicos, práticos, subjetivos (SCOTT, 1995; RAGO, 1998; HARDING, 1993; HARAWAY, 2009 entre outras). No contexto de transição econômica, social, política e cultural emergem questões sobre a reconstrução de um novo projeto de modernidade e democratização da sociedade. Necessariamente condicionada por conjunturas sociais, históricas, culturais determinadas, a consciência feminista adere ao historicismo, dadas as proporções relativistas que toma. A vida social que é nosso objeto de estudo, dentro da qual se formam e se testam nossas categorias analíticas, está historicamente em transformação.

A Abordagem Historicista e Gênero

A abordagem historicista mostra-se profícua justamente porque incorpora as mudanças, aceita a *transitoriedade* do conhecimento dos valores culturais em processos de transformação no tempo e consiste basicamente em delimitar o lugar, assumir a temporalidade histórica, determinar a situação, a posição relativa do grupo social ou mulheres a serem estudadas, no conjunto de uma certa sociedade (HARDING, 1993; 1981). Através dos laços normativos, a hermenêutica do cotidiano, a pesquisa feminista, procura historicizar os conceitos, aspectos concretos da vida cotidiana, da vida de todos os dias dos seres humanos – homens e mulheres – em sociedade, aspectos como reprodução, família, público, particular, cidadania e sociabilidades, a fim de transcender definições estáticas e valores culturais herdados como inerentes a uma natureza feminina, para precisar novos métodos mais condizentes com a política das mulheres. Criticar totalidades e estereótipos universais é a principal opção teórica das estudiosas feministas. Como resultado do processo de globalização, as relações sociais e a **experiência social** modificaram-se de tal maneira, nesses últimos quarenta anos, que o que há de mais íntimo e de mais distante está agora, de súbito, diretamente conectado por meio das inovações tecnológicas, da integração em redes e da integração das culturas.

A abordagem de gênero, ou modelo de análise, caracteriza-se por romper com as desigualdades comuns que devem ser reconhecidas, evidenciadas, reconstruídas, fundamentadas segundo o processo de investigação científica que constrói um objeto junto ao sujeito e refere-se à fase de verificação. Por esta razão, o foco não está mais em lidar com a diferença enquanto uma questão substancial ou essencial, mas na análise das *relações sociais de gênero do ponto de vista de suas organizações hierárquicas* e de sua *desigualdade social*. **No primeiro** caso, o interesse maior está na desigualdade social resultante do gênero (diferenças); **neste último**, o interesse concentra-se na produção do gênero e como as distinções sociais de gênero são construídas nas práticas diárias e institucionais. As relações sociais de gênero são entendidas como um processo de desconstrução social – o que enseja o desafio teórico de superar a dicotomia produção/reprodução, e recupe-

rar sua integração na ideia de que a produção de bens é social (transformação material) *stricto sensu*, tanto quanto é socialmente construída a produção (Cruz, 1999). Construiu-se, assim, um modelo para se analisar o impacto e as influências dessas dimensões no trabalho, na saúde, na sexualidade e na vida reprodutiva de mulheres trabalhadoras. Das rupturas epistemológicas de que trata a filosofia, **a concepção de gênero** é, talvez, a mais importante para as ciências sociais, sobretudo para o campo da educação, nos últimos trinta anos. Trata-se, portanto, de reconhecer uma dimensão da desigualdade social (desigualdades de gênero) até então não trabalhada, por se encontrar subsumida na dimensão econômica, ou seja, nas teorias de classe e nas teorias de estratificação social, política e cultural. A abordagem de gênero, no campo educacional, constitui uma nova ferramenta de análise, um novo paradigma, uma nova postura metodológica que parece articular categorias teóricas, na pesquisa sobre educação, trabalho, qualificação, requalificação, violência, sexualidade, entre outros temas, tendo em vista rever os determinismos das explicações tradicionais, com ênfase nas situações histórico-sociais concretas.

Reivindicações e ondas do feminismo

O **Feminismo** se consolidou como um discurso de caráter intelectual, filosófico e político que busca romper os padrões tradicionais, acabando assim com a opressão sofrida ao longo da história da humanidade pelas mulheres. O movimento ganhou muita força, sendo endossado tanto por homens quanto por mulheres que defendem a igualdade entre os sexos. Há uma teoria que divide esse movimento feminista em três fases, cada qual marcada por suas conquistas e interesses (ALVES, 1991). As terminologias foram cunhadas para identificar as diferenças das campanhas ocorridas em cada época, identificar as lutas que eram guiadas por motivos característicos de cada situação. No final do século XIX, a **Primeira Onda Feminista** ganhou destaque em seu ativismo e passou a contestar de forma mais significativa a questão do poder político. Neste primeiro momento, o movimento se consolidou em torno da luta pela igualdade de direitos para homens e mulheres. As mulheres se organizaram e protestaram contra as diferenças contratuais, a diferença

na capacidade de conquistar propriedades e contra os casamentos arranjados que ignoravam os direitos de escolha e os sentimentos das mulheres.

Até então, as mulheres eram proibidas de votar e eleger seus representantes, mas o pleno interesse de participar das escolhas políticas não deixou de ser evidenciado até se alcançar o direito desejado. Continuavam as campanhas pelos direitos sexuais, econômicos e reprodutivos. Na Primeira Onda Feminista, ainda não havia preocupação com questões referentes ao aborto, mas estava presente uma grande preocupação nas condições do casamento, já que eram negociações entre famílias que não envolviam a opinião da mulher que estaria envolvida no matrimônio. As mulheres buscavam o direito pelo próprio corpo, respeitando seus sentimentos e desejos. Somente no correr do século XX, os resultados foram aparecendo gradativamente.

A **Segunda Onda Feminista**, já marcada pela conquista anterior de direitos, tem seu início no começo da década de 1960. As feministas ganharam espaço mais uma vez e conseguiram ser ouvidas pela sociedade. Esse segundo movimento durou até a década de 1980 e recebeu o slogan 'O pessoal é político', visando a ressignificar, politizar o cotidiano, e entender que existe uma estrutura de poder por trás do que, até então, era visto como 'natural'. A dimensão política não se restringe exclusivamente à esfera pública, às atividades masculinas, mas está presente também no cotidiano que homens e mulheres vivenciam em conjunto numa determinada relação histórica e que interessa analisar com um enfoque integrador, sem pré-interpretações globalizantes, sem juízos valorativos que desqualificam de antemão formas diferenciadas de envolvimento político. *Segundo a teoria feminista*, a vida doméstica (pessoal) e a vida não-doméstica (pública) não podem ser interpretadas isoladamente, o que significa que grande parte da teoria política liberal precisa de uma revisão profunda. Essa fase identificava o problema da desigualdade como a união de problemas culturais e políticos, encorajando as mulheres a serem politizadas e combaterem as estruturas sexistas de poder. Os estudos críticos feministas expuseram conexões ocultas entre o privado e o público, permitindo que se observassem vínculos de poder antes desprezados nas tramas macro e mi-

cro das relações sociais. O reconhecimento dessa dimensão da desigualdade social, que pode atravessar diversas assimetrias de poder, acarretou vários modos de resistências epistemológicas, práticas e subjetivas, no sentido de tornar visível e inaceitável o que era considerado natural.

A maior participação das mulheres no mercado de trabalho gerou um novo questionamento que perdura até hoje. Um desafio que ainda precisamos superar. Nos anos 1980, a crítica pós-modernista da ciência ocidental introduz o paradigma da incerteza no campo do conhecimento (DIAS, 1992), Surge, assim, a Terceira Onda ou fase do movimento feminista, cuja proposta concentra-se na análise das diferenças, da diversidade, da alteridade e da produção discursiva da subjetividade .

Neste sentido é que algumas posições, ainda que heterogêneas, distinguem os Estudos Feministas – cujo foco se dá principalmente em relação ao estudo das e pelas mulheres, mantidas as estreitas relações entre teoria e política-militância feminista – dos Estudos de Gênero, cujos pressupostos abarcam a compreensão do gênero enquanto categoria sempre relacional (SCOTT, 1995). Para Joan Scott, o conceito de sexo é socialmente construído na trama das disputas de poder; trata-se de “uma forma primordial de significar as relações de poder, ou melhor, é um campo no seio do qual ou por meio do qual o poder é articulado” (SCOTT, 1995, p. 82). O discurso não está isento da marca do sexo, como acrescenta Scott. Logo, toda produção do conhecimento, que se faz por meio de ferramentas discursivas, está impregnada de tal noção, seja para aprisionar ou para emancipar.

É consistentemente indicado que o gênero é visto, ao mesmo tempo, como uma categoria social estrutural e como uma construção, que é sempre, de algum modo, fundamentalmente, *uma questão de relações sociais*. A categoria gênero possibilita a análise dos diferentes lugares de poder que mulheres e homens ocupam na sociedade, no mundo do trabalho que devem ser identificados para se compreender como o trabalho repercute, de formas diferenciadas, nos diferentes âmbitos, para estimular, assim, o conhecimento sobre as influências recíprocas entre dimensões: econômica, política e cultural. Desloca-se o campo do estudo sobre as mulheres e sobre

os sexos para o estudo das relações de gênero, observando-se, intensamente, a intersecção entre o movimento político de luta das mulheres e a academia, quando começam a ser criados, nas universidades, inclusive em algumas universidades brasileiras, centros e núcleos de estudos sobre a mulher, estudos de gênero e feminismos.

Os estudos de gênero encontraram um campo extremamente favorável, num momento de grande mudança dos referenciais teóricos vigentes nas Ciências Humanas, em que a dimensão da cultura passava a ser privilegiada sobre as determinações da Sociedade. **A perspectiva de gênero interroga** a superação do patriarcalismo tal como ele se *expressa no cotidiano* – mediante as atribuições de papéis, caminha no sentido de documentar o lugar das diferenças, pensar as especificidades culturais, como objeto de reflexão, no interior das disciplinas, identificar outras categorias de análise para a atividade científica. Impõe-se a necessidade de documentar a experiência vivida como possibilidade de abrir caminhos novos. Neste ponto, uma das mais importantes contribuições do feminismo às Ciências Sociais, precisamente às pesquisas, foi sem dúvida a construção de categorias de análise como: *o cotidiano*, (relegado para o segundo plano pela ciência androcêntrica) para pensar o lócus onde acontecem as relações pessoais, afetivas, de trabalho, de lazer e tantas outras; *a vivência*, para pensar as diferentes experiências, ao longo da vida das mulheres e dos homens, que marcam o corpo e a sexualidade; a emoção, como categoria negligenciada e obscurecida pelo positivismo.

As investigações empíricas demonstram não haver um cotidiano feminino isolado dos acontecimentos políticos e sociais. Há uma interpelação entre público e privado. Não se trata apenas de uma politização do privado, mas de considerar a mulher como um sujeito político, presente na esfera pública, através de espaços de visibilidade que podem ser os movimentos sociais, as campanhas e/ou os protestos políticos, os movimentos revolucionários e até os próprios departamentos femininos, nos partidos políticos. A partir de uma distinção nítida entre o âmbito público e o privado, as pesquisas se centravam nos aspectos da vida pública e, com isso, simplesmente ignoravam e marginalizavam outras dimensões da vida social. Compreende-se que as mulheres trazem para a

atuação, na esfera pública, uma experiência histórica e cultural diferenciada da masculina. As mulheres, portanto, mesmo partindo da esfera privada, podem agir politicamente, utilizando recursos específicos, seguindo caminhos que cruzam os espaços públicos e privados. Entrando num mundo masculino, possuído por outros, a mulher percebe que não detém a linguagem e luta por criar uma, ou ampliar a existente: aqui se encontra a principal fonte do aporte feminista à produção do conhecimento, à construção de novos significados na interpretação do mundo (Showalter, 1994). É importante compreender as consequências de uma crítica comum no campo educacional, ao *status* tradicional do sujeito e suas implicações para o campo de socialização/formação de diversos agentes sociais, entendendo-se que a desconstrução das identidades essenciais é recortada de contingências e ambiguidades.

Nesse sentido, Sandra Harding (1993, p. 48) sugere explicitamente que se deve “aprender a aceitar a instabilidade das categorias analíticas, encontrar nelas a desejada reflexão teórica sobre determinados aspectos da realidade política em que vivemos e pensamos” e, mais ainda, “usar as próprias instabilidades como recurso de pensamento e prática”. Desse modo, é inevitável levar em consideração a instabilidade dessas categorias, pois o próprio mundo é instável e está em constante transformação. É inegável que uma profunda mutação vem-se processando também na produção do conhecimento científico.

Dessa forma, uma metodologia feminista é criada no sentido translato do termo, isto é, no modo como se olha para o real, para as interações; esse novo olhar parte de outra perspectiva, de uma historiografia feminina, como acentua Rago (1998), acarretando todo um modo de conhecer que traz impregnada uma feminilidade que está sendo revista e reconstruída. Especialmente nas Ciências Humanas, chegar à verdade do acontecimento, “compreendê-lo objetivamente” significava retirar a máscara. Em outras palavras, cabe particularmente ao campo educacional repensar, em uma perspectiva antropológica, o lugar e a persistência das diferenças culturais que estudam a globalização e a persistência mesmo, ou a renovação das diferenças em contextos de intensa interação social. Portanto, as noções de objetividade e

de neutralidade que garantiam a veracidade do conhecimento caem por terra, no mesmo movimento em que se denuncia o quanto os padrões de normatividade científica são impregnados por valores masculinos. A dimensão simbólica, o imaginário social, a construção dos múltiplos sentidos e interpretações, no interior de uma dada cultura, passavam a ser priorizados em relação às explicações econômicas ou políticas. Assim como outras correntes de pensamento, a teoria feminista propunha que se pensasse a construção cultural das diferenças sexuais, negando radicalmente o determinismo natural e biológico.

A pesquisa feminista enfatiza a recuperação das diferenças nas representações que alimentam o universo das pessoas no mundo. Explica-se que a diferença sexual inscrita nas práticas e nos fatos é sempre construída pelos discursos que a fundam e a legitimam, e não como um reflexo das relações econômicas. Delineia-se um novo agente epistêmico, não isolado do mundo, mas inserido no coração dele, não isento e imparcial, mas subjetivo e afirmando sua particularidade. Ao contrário do desligamento do cientista em relação ao seu objeto de conhecimento, o que permitiria produzir um conhecimento neutro, livre de interferências subjetivas, clama-se pelo envolvimento do sujeito com seu objeto. Em outras palavras, cabe particularmente ao campo educacional repensar, em uma perspectiva antropológica, o lugar e a persistência das diferenças culturais que estudam a globalização e a persistência mesmo, ou a renovação das diferenças em contextos de intensa interação social.

Feminismo, Estudos de Gênero e Pesquisa Qualitativa

Se o feminismo, como prática política, já nasce como uma arena, lugar para onde confluem discursos vindos de muitos lugares, cena aberta de disputa e negociação de poder, com o visível alargamento do campo nas últimas décadas, esta sua característica se intensifica. Para estabelecer um enfoque feminista mais nítido, algumas balizas metodológicas podem ser tomadas de empréstimo às ciências humanas, desde que provenham destas frentes contemporâneas de crítica do conhecimento com as quais os estudos feministas têm um compromisso fundamental e

ineludível. A pesquisa feminista é dialética e possui diferentes visões que se fundem para produzir novas sínteses que, por sua vez, forma as bases da pesquisa, da práxis e da política que estão por vir. A pesquisa feminista e os estudos de gênero proporcionaram avanços fundamentais ao desenvolvimento das questões e das metodologias da pesquisa qualitativa, ao examinarem os processos de construção e de diferenciação de gênero e as desigualdades (DENZIM, 2006); participam, em cheio, dos processos de reelaboração dos métodos das ciências humanas, pois parece indiscutível essa necessidade, nesse momento da história, ao processo de construção de teorias e, em particular, à elaboração de teorias feministas.

Cada desafio se relaciona com o uso ativo da teoria para nossa própria transformação e a das relações sociais, na medida em que nós, como agentes, e nossas teorias, como concepções de reconstrução social, estamos em transformação. Também dizemos, às vezes, que **a própria teorização é, em si mesma, perigosamente patriarcal**, porque presume a separação entre aquele que conhece e aquilo que é conhecido, entre sujeito e objeto, e supõe a possibilidade de uma visão eficaz, exata e transcendente, pela qual a natureza e a vida social tomam a perspectiva que nos parece correta. Tememos reproduzir o que nos parece ser uma associação patriarcal entre saber e poder, em detrimento das mulheres cujas experiências ainda não foram inteiramente expressas na teoria feminista. Vem crescendo nossa capacidade de descobrir **androcentrismo** nas análises tradicionais de modo a encontrá-lo no conteúdo das afirmações científicas ou nas próprias formas e objetivos do processo usual de produção de conhecimento. Podemos voltar nossas atenções para a instabilidade das categorias analíticas e a falta de um esquema permanente de construção das explicações.

Por outro lado, é possível aprender a aceitar a instabilidade das categorias analíticas, encontrar, nelas, a desejada reflexão teórica sobre determinados aspectos da realidade política em que vivemos e pensamos usar as próprias instabilidades como recurso de pensamento e prática. Defendendo **o relativismo cultural**, o feminismo questiona também a noção de que este conhecimento visa a atingir a verdade pura, essência, reconhece a particularidade des-

te modo de pensamento e abandona a pretensão de ser a única possibilidade de interpretação. Em outras palavras, conforme Sandra Harding: “Uma forma de resolver o dilema seria dizer que a ciência e a epistemologia feministas terão um valor próprio ao lado, e fazendo parte integrante, de outras ciências e epistemologias – jamais como superiores às outras.” (HARDING, 1993, p. 23).

Deslocamentos Teóricos Produzidos pelo Feminismo

A pesquisa feminista enfoca uma análise crítica das relações de gênero, na pesquisa e na teoria, uma valorização das dimensões moral e política das pesquisas e o reconhecimento da necessidade de mudança social para melhorar as vidas das mulheres. Isto leva não apenas à definição de uma questão de pesquisa (desigualdades de gênero, por exemplo), mas ao desafio da maneira como a pesquisa é realizada.

Pesquisadores feministas têm contribuído com importantes reflexões através de um programa de pesquisa desenvolvido para a reflexão sobre os métodos qualitativos, voltados para a análise das questões de gênero, das relações de gênero, da desigualdade e da negligência da diversidade (SHOWALTER, 1994). Os deslocamentos teóricos condicionados pelo feminismo têm repercutido na produção científica, nas diversas abordagens teóricas que caracterizam as discussões e a prática da pesquisa. Para Flick (2009), a postura feminista permite um desafio à maneira como as pesquisas são feitas, visto que as pesquisas, de um modo geral, concentram-se na ignorância sobre a situação de vida das mulheres e na dominância masculina.

Os paradigmas teóricos que alegam empregar os métodos e as estratégias da pesquisa qualitativa são múltiplos e vão desde os estudos construtivistas aos culturais, passando pelo feminismo, pelo marxismo e pelos modelos étnicos de estudo, etnometodologia, fenomenologia, hermenêutica, feminismo, desconstrucionismo, etnografia, psicanálise, estudos culturais, teoria crítica entre outros). Enquanto a *pesquisa quantitativa* normalmente ignora as vozes femininas, ao focar objetos que são estudados de

um modo valorativamente neutro, não sendo analisadas especificamente como mulheres (FLICK, 2009), a *pesquisa qualitativa* possibilita que as vozes das mulheres e suas necessidades sejam ouvidas e os objetivos sejam materializados. Buscam-se soluções para as questões que realçam o *modo* como a experiência é social, é criada, adquire sentido e significado sobre novos temas, novos objetos e questões, especialmente, ao longo da década de setenta, ocorreu maior visibilidade às mulheres enquanto agentes históricos. Os pesquisadores qualitativos ressaltam a natureza socialmente construída da realidade, a natureza repleta de valores, a íntima relação entre o pesquisador e o objeto estudado, e as instituições e as limitações situacionais que influenciam a investigação.

A presença de mulheres nas universidades brasileiras, desde 1879, pôs em xeque alguns pressupostos positivistas. Poucos poderão negar que a entrada de novos temas, nas pesquisas, fez-se, em grande parte, pela pressão crescente das mulheres que invadiram as universidades e criaram seus próprios núcleos de estudo e pesquisa, a partir dos anos setenta. Feministas assumidas ou não, as mulheres forçaram a inclusão dos temas que falam de si, que contam sua própria história e de seus antepassados e que permitem entender as origens de muitas crenças e valores, de muitas práticas sociais frequentemente opressivas e de inúmeras formas de desclassificação e estigmatização. Elas sabem inovar libertariamente, abrindo o campo de possibilidades interpretativas, propondo múltiplos temas de investigação, formulando novas problematizações, incorporando inúmeros sujeitos sociais, construindo novas formas de pensar e viver.

Assim, o gênero, além de ser um instrumento “para reivindicar um certo terreno de definição, para insistir sobre a inadequação das teorias existentes em explicar as desigualdades persistentes entre as mulheres e os homens”, (SCOTT, 1990, p. 13), é também um movimento de saída, de expansão das fronteiras da crítica feminista, cujos paradigmas já não davam conta das demandas colocadas pelos embates vividos, tanto nos enfrentamentos teóricos quanto nas disputas políticas travadas pelas feministas. Existe um compromisso no sentido do emprego de mais de uma prática interpretativa em qualquer estudo como: a análise semiótica, a

análise da narrativa, do conteúdo, do discurso, de arquivos e a fonêmica e até mesmo as estatísticas, as tabelas, os gráficos e os números. Cada prática garante uma visibilidade diferente do mundo.

Outras fontes utilizadas para a reconstrução do cotidiano têm sido as biografias, as cartas e diários, os códigos de conduta e os manuais de etiqueta e os tratados médicos. Embora valorize as fontes “privadas”, não se descarta a validade das fontes oficiais: afirmam-se as possibilidades desse conjunto documental [fontes oficiais] para a elaboração da história das mulheres, principalmente pelo reconhecimento de que mesmo as fontes consideradas “tradicionais”, quando submetidas a novas leituras, a questões originais, podem, da mesma forma que a documentação privada, lançar luz sobre os universos femininos, abrem um conjunto de possibilidades que vem sendo explorado de forma alargada pela historiografia. Londa Schienbinger (2001) considera que o feminismo trouxe ao campo científico alterações inimagináveis até há pouco tempo. Por exemplo, os estudos sobre as masculinidades são devidos aos movimentos feministas, pois foram suas lutas e sua atividade investigativa que proporcionaram o advento da categoria de gênero. Com isso, o homem saiu de sua suposta obviedade essencial, tornando-se objeto de pesquisa e, mais recentemente, também sujeito dela. Nas disciplinas humanas, uma nova geração de alunos de pós-graduação e graduação encontrou novas teorias, novos métodos interpretativos. Eles foram atraídos para novos métodos de pesquisa qualitativa as quais lhe permitiram dar voz à classe de baixa renda da sociedade.

Para concluir

Após a “revolução feminista” e a conquista da visibilidade feminina, após a constituição da área de pesquisa e estudos feministas, consagrada academicamente em todo o mundo, os homens são chamados a entrar, desta vez, em um novo solo epistêmico. A despeito das inúmeras polêmicas em curso, vale notar que a categoria do gênero abre, ainda, a possibilidade da constituição dos *estudos sobre os homens*, num campo teórico e temático bastante renovado e radicalmente redimensionado. É assim que emergem os estudos históricos, antropológi-

cos, sociológicos interdisciplinares – sobre a *masculinidade*, com enorme aceitação. Cada vez mais, portanto, crescem os estudos sobre as relações de gênero, sobre as mulheres, em particular, ao mesmo tempo em que se constitui uma nova área de estudos sobre os homens, não mais percebidos enquanto sujeitos universais. Atualmente, tal investigação não apenas é legítima, como é imperativa: faz-se necessário avaliar crítica e construtivamente o papel do masculino na sociedade, rumo à superação das desigualdades de gênero. Há alguns anos, era impensável o desenvolvimento de pesquisas que tivessem as masculinidades como objeto.

Os sexismos e as hierarquizações baseadas no gênero limitam o potencial humano, relegando grandes contingentes de pessoas ao segundo plano. Se homens e mulheres são diferentes, essas diferenças não constituem, *a priori*, desigualdades. O reconhecimento das diferenças e o respeito à alteridade são parte importante ao legado feminista, é um importante passo a ser dado na direção de uma sociedade mais justa e igualitária. Os feminismos demonstraram que uma sociedade mais justa e igualitária é fruto da atividade conjunta de homens e mulheres. Enfim, parece que já não há mais dúvidas de que as mulheres sabem, reorganização dos espaços físicos, sociais, culturais e, aqui, pode-se complementar, nos intelectuais e científicos. As mulheres brasileiras, especialmente nas últimas décadas, de diferentes formas, têm afirmado a sua cidadania, constituindo-se como sujeitos sociais através dos seus movimentos e ações, ligadas ou não a instituições políticas.

Nota

1 O androcentrismo como parte da dominação patriarcalista, do homem sobre a mulher, que perdura entre nós desde a Idade do Cobre (entre o Neolítico e a Idade do Bronze), foi legitimado explicitamente pelas duas religiões mais seguidas do mundo – o cristianismo e o islamismo – e tornou-se titanicamente majoritário no mundo, depois do avanço islâmico e da dominação colonialista europeia. Entre os “centrismos” da discriminação e da segregação, soma-se ao antropocentrismo, ao brancocentrismo racista (hegemonia dos brancos sobre outras raças). Para todos esses, há uma categoria “melhor” que todas as outras.

Referências

- ALVES, Branca Moreira & PITANGUY, Jacqueline. **O que é feminismo**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1991.
- BOURDIEU, Pierre. O CAMPO CIENTIFICO. In: Ortiz, Renato (Org.). **Pierre Bourdieu** – Sociologia. São Paulo: Ática. 1983.
- CAPRA, Fritjof. **O tão da física**. São Paulo: Cultrix, 1985.
- CRUZ, Maria Helena Santana. **Trabalho, gênero e cidadania: Tradição, modernidade**. Aracaju: Editora UFS, 2005.
- DENZIN, Norman K.; et all. Paradigmas e perspectivas em transição. Parte II. In: **O planejamento da pesquisa qualitativa. Teorias e abordagens**. Porto Alegre: ARTMED, 2006,
- DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Teoria e método dos estudos feministas: perspectiva histórica e hermenêutica do cotidiano. In: Albertina de O. Costa e Cristina Bruschini (Orgs.). **Uma questão de Gênero**. RJ.: Editora Rosa dos Tempos/SP: Fundação Carlos Chagas. 1992.
- DURKHEIM, Émile. **As regras do método sociológico**. São Paulo: Abril Cultural, Coleção Os Pensadores, 1973.
- FLICK, Uwe. Pesquisa qualitativa e quantitativa cap.3 In: **Introdução à Pesquisa Qualitativa**. Porto Alegre: ARTMED, 2009.
- FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 1990
- HARDING, Sandra. A instabilidade das categorias analíticas na teoria feminista. **Revista Estudos Feministas** 1(1), 1993.
- _____. **Is Gender a variable in conceptions of rationality?** (paper delivered at the fifth international colloquium on rationality, Vienne, 1981.
- HARAWAY, Donna. “Manifesto ciborgue – ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX”, in Hari Kunzru e Tomaz Tadeu (Orgs.), **Antropologia do ciborgue: as vertentes do pós-humano**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.
- HILMAN, James. **O Mito da análise**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984
- KUHN, T. S. **A estrutura das revoluções científicas**. 3.ª edição. São Paulo: Perspectiva, 2000.
- OLIVEIRA, Eleonora M. O feminismo desconstruindo e reconstruindo o conhecimento. **Estudos Feministas**, Florianópolis, ano 16, n. 1, jan.-abr. 2008
- RAGO, Margareth. As mulheres na Historiografia Brasileira, in Zélia Lopes (org.). **A História em Debate**, SP: Editora da UNESP, 1991.
- SAFFIOTI, Heleieth I. B. Movimentos sociais: face feminina. In Carvalho, Nanci Valadares de. (org.) **A condição feminina**. São Paulo, Revista dos Tribunais Ltda., Edições Vértice. 1988.

SANTOS, Boaventura de Souza. "Para além do Pensamento Abissal: das linhas globais a uma ecologia dos saberes", in Boaventura de Sousa Santos; Maria Paula Meneses (Orgs.). **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Edições Almedina, 2009.

_____. **A gramática do tempo: para uma nova cultura política**. Porto: Afrontamento, 2006.

_____. **Um discurso sobre as ciências**. Porto: Edições Afrontamento, 1999.

_____. **Introdução a uma ciência pós-moderna**. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

SCHIENBINGER, Londa. **O feminismo mudou a ciência?** Tradução de Raul Fiker. Bauru: EDUSC, 2001.

SCOTT, Joan Wallach. "Gênero: uma categoria útil de análise histórica". **Educação & Realidade**. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul./dez. 1995.

SHOWALTER, Elaine. A crítica feminista no território selvagem, in Heloísa Buarque de Hollanda (org.). **Tendências e Impasses**. O Feminismo como Crítica da Cultura. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

RAGO, Margareth. "Epistemologia feminista, gênero e história", in Joana Pedro e Miriam Grossi (Orgs.), **Masculino, feminino, plural**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 1998.

Recebido em: 12/02/2014

Aceito em: 20/03/2014

Publicado em: 30/04/2014